



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA

126

11

PROCESSO: SMA-8069/15

INTERESSADO: CONSEMA

ASSUNTO: ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA
QUE CONTEMPLE A REDUÇÃO DE PRAZOS DE LICENCIAMENTO NOS
CASOS DE CRITICIDADE

MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA DO CONSEMA.
REDUÇÃO DE PRAZOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.
EMPREENDIMENTOS, OBRAS OU ATIVIDADES
RELACIONADOS AO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE
ÁGUA. SITUAÇÃO DE CRITICIDADE HÍDRICA.
POSSIBILIDADE.

PARECER CJ/SMA Nº 900/2015

01. Cuida-se de proposta de Deliberação Normativa encaminhada pela Comissão Temática Processante e de Normatização do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) pela qual se estabelecem prazos reduzidos para o licenciamento ambiental de empreendimentos, obras ou atividades relacionados ao abastecimento público de água em período de criticidade hídrica.

02. A minuta de fls.107/118 contou com a aprovação da citada comissão.

É o relatório do essencial.

03. De acordo com a Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, o CONSEMA possui, entre outras, atribuição para:

- I** - estabelecer normas relativas à avaliação, ao controle, à manutenção, à recuperação e à melhoria da qualidade ambiental;
- II** – avaliar políticas públicas com relevante impacto ambiental e propor mecanismos de mitigação e de recuperação do meio ambiente;
- III** – conduzir audiências públicas em debates de processos de licenciamento ambiental sujeitos a EIA/RIMA.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA

04. Por outro lado, a Resolução CONAMA 237/97, em seu artigo 12, estabelece que o órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, as características e as peculiaridades da atividade ou do empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

05. Com amparo na Resolução CONAMA supra citada e no uso de suas atribuições, é possível que o CONSEMA, mediante Deliberação Normativa, fixe um procedimento específico para o licenciamento ambiental, com prazos e condições determinados, voltado à implantação de empreendimentos, obras ou atividades, que objetivem assegurar o abastecimento público de água potável em situações de criticidade hídrica formalmente declaradas por órgão ou entidade pública competente.

06. Neste sentido, a minuta de fls.107/118 está plenamente compatível com a legislação vigente, não havendo qualquer reparo a ser feito, uma vez que fixa prazos diferenciados de acordo com as normas de regência do licenciamento ambiental, evidenciando-se:

I – publicação do pedido de licença

CONAMA 06/86 – até 30 dias

II – pedido de esclarecimentos

Conama 237/97 – máximo 4 meses

Decreto estadual 47.400/2002 – máximo 4 meses

III – convocação de audiência pública

Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011 – mínimo 15 dias úteis anteriores à realização da audiência

IV – disponibilização do EIA/RIMA

Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011 – mínimo 15 dias úteis anteriores à realização da audiência



127
P

V – manifestação acerca da audiência pública

Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011 – prazo de 5 dias úteis contados da realização da audiência

VI – manifestação dos órgãos e entidades no licenciamento ambiental

CONAMA 01/86 – órgão ambiental fixará prazos

Decreto estadual 47.400/2002 – prazo de 60 (sessenta) dias (art.8º) podendo o órgão ambiental estabelecer prazos diferenciados de análise para cada modalidade de licença em função das peculiaridades da atividade ou do empreendimento, observado o prazo máximo de 12 meses para deferimento ou indeferimento do pedido de licença.

- art.15 possibilita que os órgãos do SEAQUA estabeleçam procedimentos específicos para a aplicação do disposto no decreto.

VII – manifestação do gestor de Unidade de Conservação impactada pelo empreendimento antes da emissão do TR

CONAMA 428/2010 – prazo de até 15 dias úteis a contar do recebimento da consulta

VIII - autorização do gestor de Unidade de Conservação impactada pelo empreendimento

CONAMA 428/2010 – prazo de até 60 dias a contar do recebimento da solicitação

Possibilidade de solicitação de estudos complementares ao empreendedor uma única vez – suspende o prazo de análise do gestor da unidade, sendo tal prazo retomado acrescido de mais 30 dias em relação ao prazo original, se necessário.

07. No que diz respeito aos aspectos redacionais da minuta de fls.107/118, apresento as seguintes sugestões de alteração para melhor adequação de sua finalidade:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA

a. Artigo 1º:

- substituir o termo "licença ambiental" por "licenciamento ambiental", ajustando-se no texto a concordância.
- substituir "§1º" por "parágrafo único".

b. Artigo 3º, §1º - retirar do texto a expressão "fará e".

c. Reunir em um único artigo na seção VII (Das Disposições Gerais) os artigos 3º, §3º, 5º, §4º e 12, considerando uma melhor técnica legislativa.

08. Por se tratar de novo regramento imposto ao licenciamento ambiental, de competência no âmbito do Estado de São Paulo da CETESB, entendendo ser conveniente a oitiva das áreas técnicas e jurídica da referida entidade previamente ao encaminhamento deste processo ao CONSEMA.

09. Merecem destaque, por fim, as tabelas de fls.120/122, diante da comparação estabelecida entre os prazos regulares do licenciamento ambiental e os reduzidos propostos pela minuta em análise, fazendo referência, ainda, à legislação de regência.

Em conclusão:

10. A minuta de Deliberação Normativa de fls. 107/118 proposta pela Comissão Temática Processante e de Normatização do CONSEMA está compatível, sob o ponto de vista formal e material, com a legislação de regência do licenciamento ambiental.

É o parecer.

CJ/SMA, 16 de Setembro de 2015.


DANIEL SMOLENTZOV

PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSULTORIA JURÍDICA

128
P

PROCESSO: SMA-8069/15

INTERESSADO: CONSEMA

ASSUNTO: ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA
QUE CONTEMPLE A REDUÇÃO DE PRAZOS DE LICENCIAMENTO NOS
CASOS DE CRITICIDADE

De acordo com o PARECER CJ/SMA Nº 900/2015, proferido com a urgência máxima solicitada.

Ressalto, ainda, quanto à minuta de Deliberação Normativa, que seria conveniente a retificação da redação conferida ao artigo 16, atinente à realização das audiências públicas, uma vez que, na forma apresentada, poderá ensejar dúvidas quanto ao seu alcance. Nesse sentido, a CETESB, entidade responsável pelo licenciamento, melhor poderá avaliar a questão.

Encaminhe-se o presente ao Gabinete da d. Secretária Adjunta.

CJ/SMA, 17 de setembro de 2015.

SÍLVIA HELENA NOGUEIRA NASCIMENTO

PROCURADORA DO ESTADO CHEFE DA CONSULTORIA JURÍDICA

